AS AMAS DE LEITE NO CORREIO PAULISTANO (1870-1879): O COMÉRCIO DE MÃES ESCRAVIZADAS

AMAS DE LEITE EN EL *CORREIO PAULISTANO* (1870-1879): EL COMERCIO DE MADRES ESCLAVADAS

Nubia Sotini dos Santos[1]

RESUMO: O seguinte artigo visa discutir as relações maternas das amas de leite escravizadas, mulheres-mães que foram exploradas na comercialização do seu leite em seu período de lactação, por meio de fontes como: anúncios do jornal *Correio Paulistano* (1870-1879) e teses médicas do século XIX, dos autores Moura (1873) e Silva (1884). Nesse sentido, é proposto um olhar para as relações de gênero, raça e classe, a partir da perspectiva da história social da escravidão com ênfase nas mulheres negras escravizadas.
Palavras-Chave: Amas de leite. Mulheres-mães. Correio Paulistano. Teses médicas.

RESUMEN: El siguiente artículo tiene como objetivo discutir las relaciones maternas de las *amas de leite* esclavizadas, mujeres-madres que fueron explotadas en la comercialización de su leche durante su período de lactancia, a través de fuentes como: anuncios del periódico *Correio Paulistano* (1870-1879) y tesis médicas del siglo XIX, por los autores Moura (1873) y Silva (1884). En este sentido, se propone observar las relaciones de género, raza y clase, desde la perspectiva de la historia social de la esclavitud, con énfasis en las mujeres negras esclavizadas.
Palabras Clabe: Amas de leite. Mujeres-madres. Correio Paulistano. Tesis médicas.

Introdução

O referido trabalho é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica com o jornal *Correio Paulistano* do período de 1870 a 1879, em que propomos analisar os anúncios de venda, aluguel e procura das amas de leite escravizadas. Sentindo a necessidade de um trabalho na perspectiva interseccional, em que fossem abordadas questões envoltas nas dimensões de gênero, raça e classe, visamos pontuar as amas de leite escravizadas, enquanto mulheres-mães que tiveram seus meios reprodutivos explorados para a manutenção de um sistema escravista, patriarcal e racista, como enunciaram as fontes e as leituras realizadas.

[1] Graduanda do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Ênfase nas áreas de história das mulheres, gênero, raça, maternidade no Brasil Império.

Durante a análise do *Correio Paulistano* e a leitura de referenciais bibliográficos, surgiram inúmeras questões, principalmente no tocante à maternidade escrava. Como essas mulheres-mães escravizadas, que tinham seu ventre e seus corpos explorados, realizavam a maternidade? Como a sociedade enxergava a maternidade da mulher negra, fosse ela liberta ou escravizada?[2]

Nessa perspectiva, é proposto uma discussão referente à maternidade dessas mulheres, ressaltando a importância dos estudos de gênero para a compreensão de sujeitos que até então eram invisíveis na historiografia majoritariamente masculina. Entendemos a maternidade, enquanto um privilégio de raça e de classe, que agraciou algumas mulheres e condenou outras à exploração. Para tanto, apresentamos alguns dos anúncios analisados do *Correio Paulistano*, que dialogam com as "theses" médicas do século XIX, com as de Moura (1874) e de Silva (1884).

Como fundamentação teórica, foram utilizadas autoras como Telles (2018), Cowling *et alli* (2017), bell hooks (2019), Scott (1995), Badinter (1985), Martins (2006), entre outras. Tais autoras nos ajudam a pensar como as relações de gênero, assim como as escravistas, articulavam-se em uma sociedade patriarcal e racista.

As relações de gênero em sociedades escravistas: a maternidade negada às amas de leite

"*O corpo feminino (...) é também lugar de violência*" (SOIHET, 2002, p.270). Comecemos com a emblemática frase de Soihet, em que é possível questionar: o corpo feminino é ou não lugar de violência? Através das discussões

[2] Cabe ressaltar ao/a leitor/a que ao longo do referido artigo serão utilizadas duas categorias: maternidade escrava e mulheres-mães escravizadas. Compreende-se maternidade escrava como uma relação familiar ampla em situação de escravidão, especialmente através de cuidados de avós, madrinhas e tias que, por diversas razões, tornam-se responsáveis pelos cuidados das crianças pequenas em virtude da ausência de suas mães biológicas. Já mulheres-mães escravizadas entendem-se como mulheres que, em situação de cativeiro passam pelo processo de gestação e parto.

propostas no referido trabalho, pode-se adiantar que sim, o corpo feminino é alvo e lugar de violência.

As experiências de vida e de trabalho das mulheres negras escravizadas no século XIX no Brasil Imperial podem contribuir para a afirmação de Soihet; mulheres que vivenciaram a imposição da cultura branca, os estupros, espancamentos, trabalhos forçados, mulheres que enfrentaram o patriarcado racista. Partimos da compreensão da sociedade brasileira, tanto em período Colonial quanto Imperial, com base nas pontuações da autora bell hooks (2019), que ao falar sobre a sociedade escravista norte-americana argumenta sobre os patriarcas racistas. A autora diz que:

> A exploração racista de mulheres negras como trabalhadoras, tanto no campo quanto no ambiente doméstico, não era tão desumana e desmoralizante quanto a exploração sexual. O sexismo dos patriarcas brancos do período colonial poupou homens negros escravizados da humilhação do estupro homossexual e de outras formas de assédio sexual. Enquanto sexismo institucionalizado era um sistema social que protegia a sexualidade dos homens negros, ele legitimou (socialmente) a exploração das mulheres negras. A mulher escravizada vivia sempre atenta a sua vulnerabilidade sexual e em permanente medo de qualquer homem, fosse ele branco ou negro, pudesse escolhê-la para assediá-la e vitimiza-la (HOOKS, 2019, p.51).

Pensando na temática da maternidade, em que a compreensão da vivência dessas mulheres – negras escravizadas – pode contribuir para a História e para os estudos de gênero? Cada uma dessas mulheres vivenciou sua maternidade com muitas especificidades e, muitas vezes, restrições. Freitas (2019) observa que a maternidade é uma construção social e que para existir necessita de um conjunto de fatores, sendo eles sociais, políticos, econômicos, culturais, e juntamente às explanações da autora, afirmamos que exercer a maternidade tornou-se um privilégio, sendo este guiado por duas grandes categorias: raça e classe.

Pensar em maternidade no Brasil Império, é também pensar em contextos de mulheres completamente divergentes, especialmente no tocante ao status de liberdade em face à escravidão. Seria a maternidade no Brasil Império algo universal ou seus significados e legitimidades baseavam-se no status social e legal? Quem poderia ser mãe? A que medida a maternidade é assentada por

pressupostos racistas? Mulheres-mães escravizadas em diversos contextos apresentaram inúmeras dificuldades ao conciliar a sua situação de cativeiro (e a de seus filhos) com seus ofícios. Ao pensarmos em ama de leite, falamos de uma mulher que foi mãe, mas que pode não ter seus filhos sob seus cuidados (não de forma prioritária). A autora Cowling (2018, p.287) ao falar da "maternidade republicana", observa como mulheres não brancas foram excluídas da própria noção de maternidade e consequentemente das noções de feminilidade. Cowling observa com base nos estudos de Sarah Franklin que, para o século XIX, a maternidade para as mulheres brancas significava apenas supervisionar os cuidados, já para as mulheres não brancas, a maternidade tinha preocupações com os cuidados cotidianos associadas às crianças pequenas. As tarefas físicas da maternidade como limpeza e amamentação continuaram em grande medida a serem realizadas por mulheres negras, fossem essas crianças seus próprios filhos ou de terceiros (COWLING, 2018, p.292). Logo, o privilégio da maternidade permeado por tantas categorias influentes, no período escravista, baseia-se no poder de escolha e de ser livre: escolha de como cuidar de seus filhos e o poder de não ver seus filhos aprisionados em cativeiro em períodos que o *partus sequitur ventrem* [3] estipulava uma hereditariedade genealógica da criança.

Pensando nos estudos de gênero, é importante ressaltar o conceito presente na historiografia e indagar de que modo ele se relaciona ao objeto de estudo. Para tanto, é preciso destacar as observações de Scott (1995) ao salientar que o objetivo do uso de “gênero” é o de analisar os simbolismos sexuais atribuídos às mulheres e homens em seus diversos períodos históricos. Nessa perspectiva, a autora enfatiza que “gênero” se tornou uma palavra útil,

[3] Autora Cowling (2018, p.110-11) ao falar sobre o *partus sequitur ventrem,* ressalta que: “Foi *o partus sequitur ventrem* que permitiu os incontáveis encontros sexuais entre escravas e seus senhores através dos quais as sociedades escravistas das Américas foram construídas. O *partus sequitur ventrem* assegurava que esses encontros não ameaçariam o direito de propriedade sobre os escravos, uma vez que as crianças nascidas desses relacionamentos herdavam o status da mãe permanecendo escravas – a não ser, é claro, que o senhor exercesse seus direitos patriarcais e decidisse libertar a criança ou a mãe. Por essa mesma lógica, os senhores não viam nenhum impedimento em estuprar suas escravas, já que não perdiam o direito sobre a propriedade das crianças fruto desses estupros, isso ao mesmo tempo em que os homens escravizados eram sistematicamente negados ao direito de exercer autoridade sobre seus filhos”. A partir de tais postulações, observa-se como as questões de gênero inseridas nesse contexto legal fizeram com que homens e mulheres, apesar de viverem e trabalharem lado a lado, ou constituíssem famílias, viessem a ter uma relação distinta com a lei.

"*pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens*" (SCOTT, 1995, p.75). A historiografia tradicional é marcada pela visão do masculino, em especial do homem branco. Em contrapartida, tem-se a categoria de gênero no campo historiográfico que possibilita a ampliação de abordagens de mulheres que até então eram tidas como invisíveis, como as escravizadas, libertas, libertandas e descendentes livres. Os estudos de maternidade que contemplam a categoria de gênero são de suma importância, como Telles (2018, p.23) observa, as novas pesquisas objetivam evidenciar as experiências divergentes entre os sujeitos em suas vivências, seja elas em cativeiro ou não.

Para falar de maternidade escrava no Brasil é preciso fazer o que Cowling *et alli* (2017, p.224) ressaltam: desmistificar as criações românticas em volta das *black nanny*, as mães pretas, amas de leite. Desmistificar as romantizações em torno dessas mulheres evoca entender que as mulheres-mães escravizadas se encontravam em um lugar particular de conflitos nas sociedades escravistas (devido ao aumento da exploração de mulheres, assim como a opressão com os aspectos mais íntimos de suas vivências, como a imposição ou a negação da maternidade).

Essas mulheres que são marcadas pelo signo da escravidão também são marcadas por categorias de gênero, raça e classe, como defendem Angela Davis (2016, p.24) e bell hooks (2019, 47). Davis destaca que para analisar qualquer exploração da vida das mulheres na escravidão tem-se que partir de seu papel de trabalhadora; e como trabalhadora em um sistema escravista e compulsório, os aspectos de sua vida são ofuscados pelo peso do trabalho, como, por exemplo, o da maternidade. Já bell hooks, enfatiza o sexismo e o racismo institucionalizados. Para a autora, o sexismo foi parte integrante da ordem social e política oriunda de terras europeias, trazido por colonizadores brancos e tendo por intenção marcar profundamente o destino das mulheres escravizadas. Angela Davis (*apud* HOOKS, 2019, p.55) observa que os ataques sexuais por exemplo não eram formas de satisfazer o desejo dos homens brancos colonizadores, e sim, um método de terrorismo institucionalizado que visava desmoralizar e desumanizar as mulheres negras.

Dessa forma, cabe pensar sobre as condições de vida das mulheres-mães escravizadas, das amas de leite escravizadas. Quem foram essas mulheres que eram forçadas a praticar o ofício de nutriz? Cabia a essas mulheres-mães escravizadas o signo da maternidade? Podiam elas exercer sua maternidade?

Reforçamos que as amas de leite escravizadas foram mulheres que em seu estágio mais natural da gravidez, a lactação, tiveram seu corpo e seu trabalho explorados para a manutenção do sistema escravista. Enfatizamos que dentro do ofício de nutriz, existiam mulheres brancas empobrecidas que exerciam o trabalho enquanto amas de leite. Pressupomos que tais mulheres utilizavam do aleitamento e da prática de aleitar filhos de outras mulheres como um meio de conseguir complementar sua renda financeira, entretanto, o que propomos tanto na pesquisa de Iniciação Científica quanto no referido artigo é falar sobre as amas de leite escravizadas. As nutrizes aleitavam os filhos da classe senhorial, assim como os famintos de instituições religiosas, como as Santas Casas da Misericórdia. Telles (2018, p.102) observa que a prática de delegar o aleitamento de bebês para as amas de leite cativas foi algo muito comum em sociedades escravistas no Atlântico. A autora argumenta que:

> A crença na fragilidade das mães brancas e de seu leite, considerado fraco em oposição ao mito da robustez e da abundância de leite entre as mulheres negras e africanas, concorreu para a adoção da prática que se tornou disseminada nas fazendas e centros urbanos da Colônia e do Império (TELLES, 2018, p.102).

Assim que um bebê branco nascia em uma fazenda, uma mãe escravizada adentrava a casa grande e tornava-se responsável pela cansativa tarefa de cuidar dos pequenos membros da família senhorial. Engana-se quem pensa que as nutrizes eram apenas responsáveis pelo aleitamento dos pequenos nhonhôs. Telles (2018) e Martins (2006) ressaltam que as amas de leite não estavam somente destinadas aos serviços de amamentação, mas também a outros afazeres domésticos, especialmente quando as senhoras as solicitavam.

Quando uma ama de leite adentrava uma sede familiar branca – fosse ela em zona rural ou urbana –, uma mãe escravizada teria de abandonar os

cuidados com seus respectivos filhos. Nesse sentido, reforçamos a ideia de Del Priore (2009, p.22) de que não se pode crer na existência de uma solidariedade de gênero acima de diferenças de raça e segmentos econômicos. Para uma criança branca ser amamentada, uma criança negra era abandonada. A separação entre mães e filhos – fosse ela escravizada ou livre – era uma das características deste mercado de trabalho doméstico feminino, como observa Martins (2006). Entretanto, nem todas as mulheres que realizavam o ofício de nutriz se separavam de seus filhos, aquelas que conseguiam tê-los por perto tinham de realizar uma tarefa dupla, às vezes até tripla, para conseguirem cuidar de duas crianças e de afazeres domésticos da residência em que estavam.

A autora Martins (2006, p.46) apresenta a dualidade de manter o filho de uma ama de leite na residência de proprietários (em uma perspectiva senhorial). Por um lado, a ausência do filho da nutriz garantia a exclusividade do leite para a criança branca; por outro, a presença do filho da nutriz assegurava a manutenção do leite, caso a criança branca tivesse dificuldades de ser amamentada.

Com seus filhos por perto ou não, os serviços das amas de leite eram muito penosos. Martins (2006, p.38) aponta que a amamentação em si era uma ideia de trabalho fatigante, pois envolvia uma série de cuidados com as crianças pequenas. Assim, o aleitamento foi rapidamente associado à mão de obra escravizada. Desse modo, é válido questionar novamente: onde está o signo da maternidade das mulheres escravizadas? Eram elas menos mães que as mulheres brancas? A autora Telles (2018) em sua tese de doutorado aponta o caso da africana liberta Margarida, que entrou na justiça para obter a guarda de seus filhos. O mais emblemático é o valor atribuído à maternidade da mulher negra. A autora, ao relatar o caso, destaca que:

> Já Mary Collins documentou as disputas da africana liberta Margarida em manter a guarda de seus filhos crioulos *livres*, na cidade de Salvador, na década de 1830, tumultuada pela Revolta dos Malês e pela repressão antiafricana. Margarida, depois de comprar sua alforria, permaneceu na casa dos ex-senhores, onde deu à luz duas crianças livres. Liberta e estabelecida no centro da cidade, comprando escravizados e vivendo de seus ganhos, Margarida decidiu reaver a guarda dos filhos, quando teve início uma disputa jurídica com seus ex-senhores que exploravam o trabalho das crianças. Na década de 1850, sua ex-senhora ganhou a tutela de seus filhos, com o

> amparo da justiça, baseando-se nos argumentos da *incapacidade das mulheres africanas e descendentes exercerem apropriadamente a maternidade*, eivados de preconceitos com respeito às mulheres negras africanas, descritas como ébrias, prostitutas, e de costumes bárbaros, representando uma dupla ameaça ao bem-estar dos filhos e da nação (TELLES, 2018, p.39-40). Grifos da autora.

Os argumentos utilizados pela ex-senhora de Margarida e sancionados pela justiça provoca muitas especulações, especialmente no tocante às razões que levavam as mulheres africanas e descendentes a serem inapropriadas para o exercício da maternidade. O mais questionável é: se as mulheres negras escravizadas e libertas eram incapazes de realizar a função materna, por que eram elas delegadas à amamentação de filhos de outras mulheres? As questões são muitas, porém ao tentar respondê-las fica evidente que tais mulheres carregavam o signo da escravidão e o signo da raça, e isso, em uma sociedade escravista, era essencial para demarcar quem você é e quais seriam “deveres” no domínio senhorial.

Pelas fazendas e nos centros urbanos, os serviços das amas de leite foram constantemente procurados e anunciados, especialmente através de anúncios em jornais. O *Correio Paulistano* (1870-1879) em seus 125 anúncios analisados possibilita questionar diversos elementos: como a sociedade do oeste-paulista via o ofício realizado pelas nutrizes escravizadas? Havia preferências pelo serviço de uma ama de leite “preta, negrinha”, ou de uma ama de leite branca, por vezes até “internacional”? Existiam interferências, para esta escolha, das produções acadêmicas realizadas no Rio de Janeiro e na Bahia pelas faculdades de medicina? Se existiram, quais efeitos produziram na mentalidade dos anunciantes? Nos anúncios, como essas mulheres foram representadas? Diante de uma maternidade que ora era imposta, ora negada, como esses corpos femininos reagiam?

Para discutir o ofício das amas de leite, é preciso salientar o que Cowling *et ali* (2017, p.225) observam. As autoras destacam que autoridades políticas e senhores de escravizados em todo o Atlântico interviam na vida produtiva das mulheres com intuito de se beneficiarem economicamente, em algumas circunstâncias promovendo a reprodução, ou, limitando-a. Nessa perspectiva, é preciso pensar que as mulheres tinham que engravidar, tanto para serem

utilizadas como amas de leite, como para gerarem um futuro escravizado passando por diversas violências, físicas e simbólicas. Expostas às violências sexuais, as amas de leite, segundo as autoras, foram as que, entre todos os escravizados, mais sofreram com o controle direto em suas vidas, fosse em uma questão de mobilidade ou de outras relações sociais, como o impedimento de estarem com suas famílias e cuidarem de seus próprios filhos.

Pesquisando a respeito das amas de leite, é questionável o porquê de seu ofício. Por que mulheres tinham de aleitar os filhos de outras mulheres? Falar da prática do aleitamento realizada por amas de leite e não falar sobre o amor materno (ou o mito do amor materno) é praticamente impossível. Grillo (2007, p.02) enfatiza que a prática de amamentação nem sempre significou amor maternal. Na colônia, a amamentação ocorria entre as mulheres indígenas, escravizadas ou pobres e livres

que não tinham recursos para comprar ou alugar uma nutriz. A prática de aleitamento não era comum entre as mulheres abastadas, mulheres que estavam enraizadas na classe senhorial em que o costume até o final do século XIX era delegar a prática de amamentação para as escravizadas ou mulheres brancas empobrecidas que realizavam tal ofício. Dessa forma, dessacraliza-se o “mito do amor materno”, tão debatido por Badinter[4] (1985). Para a autora francesa, o amor materno é como qualquer outro sentimento humano, logo é incerto, frágil, imperfeito. Pensar a figura de qualquer mãe – seja ela livre, escravizada, pobre ou abastada – requer chamar atenção para uma personagem relativa e tridimensional como é a mãe. Badinter (1985, p.24) argumenta que é relativa porque ela só se concebe em relação ao pai e ao filho, tridimensional porque além dessa dupla relação ela é uma mulher, ou seja, um ser específico, dotado de aspirações próprias que, geralmente, não se conectam com as de seus esposos ou filhos.

Reforçamos o que Rodrigues (2017) enfatiza: que o instinto materno e as noções de maternidade foram sendo moldados ao longo dos séculos. O amor materno entre as mulheres era algo específico, com particularidades de cada mulher. Badinter (1985, p.10-19) afirma que o instinto maternal ou o amor

[4]Cabe a ressaltar a leitora e leitor que a autora Elizabeth Badinter (1985) não faz discussão de maternidade na perspectiva de raça.

materno, que se espera das mulheres, é uma construção social realizada ao longo dos anos, que pode variar de acordo com a época e os costumes do período.

A prática do aleitamento em si foi muito condenada e criticada até o século XIX por diversos teólogos, moralistas e médicos que acreditavam no mal, no desejo carnal, na repugnância e na sujeira que a amamentação carregava. Vives (apud BADINTER, 1985, p.57) observa que as mães perdem seus filhos quando os amamentam voluptuosamente, acreditando no caráter carnal da ação. Desse modo, muitas mulheres e especialmente mulheres abastadas recusavam-se a realizar tal função, designando-a para outras mulheres; no caso apresentado pela autora Badinter, na França, refere-se às mulheres que detinham poder aquisitivo para pagar uma ama de leite, delegando a tarefa para outras.

Correio Paulistano: *a procura por uma nutriz na sociedade do oeste-paulista*

No Brasil escravista, a procura de leite pelas páginas de jornais da imprensa imperial foi incessante. “Procura-se”, “vende-se”, “aluga-se”, são termos constitutivos dos jornais que visavam anunciar as nutrizes. Freyre (1979, p.07-13) destaca que os anúncios relativos aos escravizados são os mais ricos de expressões de uma sociedade. Mergulhando no estudo desses jornais, é possível através de periódicos apreender a cultura, sociedade, costumes, hábitos, o que estava na moda, o que se vendia, o que se alugava, etc. Na análise dos periódicos, Grillo (2007, p.01) ressalta que se vê *“(...) toda a atmosfera de então, pois retratam a própria sociedade com seu cotidiano, seus costumes, seus valores, suas necessidades, seus modismos, seu comércio e sua linguagem*”.

O *Correio Paulistano*, jornal do Oeste Paulista surgiu pela primeira vez em 1831, constituindo-se numa folha que difundia as ideias do governo do período. De duração curta, o Correio Paulistano desapareceu rapidamente em 1832, no entanto, Schwarcz (2017) ressalta que, no ano de 1854, sob a direção de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, genro do antigo proprietário do jornal, o Correio Paulistano ressurge, mas ainda com dificuldades econômicas.

Schwarcz ao falar das posições políticas do Correio Paulistano, com base nas postulações de Alberto Souza, ressalta que o Correio refletiu as indecisões do meio no qual surgiu. Para o leitor (especialmente o atual) é difícil estabelecer com precisão a que grupo o jornal era ligado, já que, "*primeiro foi conciliador e depois sucessivamente conservador, liberal, republicano, outra vez liberal, novamente conservador e, por fim, definitivamente republicano*" (SCHWARCZ, 2017, p.75).

Figura 01: Jornal *Correio Paulistano*


Anno XVII — Sabbado 15 de Janeiro de 1870 — N. 4067

CORREIO PAULISTANO

Diretor da redacção e proprietario, J. R. de Azevedo Marques

CORREIO PAULISTANO

FOLHETIM
O SANTO DA MONTANHA

NOTICIARIO

Fonte: Jornal *Correio Paulistano*, 15 de janeiro de 1870, edição 04067.[5]

[5] Imagem retirada pela autora do site Biblioteca Nacional Digital (FBN). Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 06 de agosto de 2020.

Analisando o jornal *Correio Paulistano* notamos muitas especificidades, até mesmo sobre o próprio jornal em si. Schwarcz, ao analisar jornais da província de paulista destaca as principais características do Correio Paulistano. A autora observa que ele não era “isento” e neutro na forma como mencionava as notícias que publicava. O jornal tinha uma política conservadora e reafirmava a escravidão[6].

> [...] Nesse sentido a notícia poderia estar de alguma maneira associada a uma ideia constantemente vinculada por esse periódico, que não se cansava de afirmar a necessária ordem que deveria reinar entre senhores e escravos, e o direito daqueles de conservarem e manterem o controle sobre sua propriedade (SCHWARCZ, 2017, p.15).

Reafirmamos o que a autora enfatiza, os jornais compreendidos enquanto "produtos sociais", isto é, resultados de um ofício exercido e socialmente reconhecido que se constituem como um objeto de expectativas, posições e representações específicas, logo, seus fatos, notícias, anúncios, novelas são situações plenas de significações (SCHWARCZ, 2017, p.18).

A história da imprensa paulistana é o que Schwarcz (2017, p.62) chama de "*um breve histórico (tão breve como a sua história)*", apesar dos periódicos terem chegado oficialmente no Brasil após a vinda da Corte, juntamente com seus luxos e melhorias. D. João VI, ao chegar no Rio de Janeiro, criou a *Imprensa Régia* que passou a publicar um jornal bissemanal sujeito ao arbítrio e à censura da Corte. A imprensa introduzida na província de São Paulo foi bem mais tardia, os paulistanos antes mesmo da independência não podiam ler os jornais editados no estrangeiro, nem tinham o direito de receber livros que não trouxessem o conhecimento da Corte. A divulgação de notícias, fossem elas de caráter político, econômico, financeiro ou religioso eram incorporadas à divulgação nos serões das residências, em clubes ou em estabelecimentos comerciais e farmácias.

[6] No tocante à abolição, a autora visa mostrar o jogo arbitrário do jornal em vésperas de abolir o regime escravista. Schwarcz (2017, p.79) destaca que: “Quanto à questão da abolição, o Correio passa de “defensor discreto” da escravidão a “advogado” da questão da abolição do cativeiro. É justamente em 1887 que o jornal inaugura a seção *Movimento emancipador*”.

A primeira tentativa de São Paulo foi em agosto de 1823 com o lançamento de um jornal bissemanário chamado *O Paulista,* periódico que tinha o apoio do governo da província. Em 1827 fundou-se o jornal *Farol Paulistano*, marcado por sua tendência conservadora, este que percorreu até 1833 sendo adquirido pelo governo em 1835. Em 1831 começou a circular uma espécie de primeira versão do *Correio Paulistano*, entretanto, somente os jornais fundados no Segundo Império sobreviveram, como o *Correio Paulistano, A Província de São Paulo e o Diário Popular*. (SCHWARCZ, 2017, p.64).

Durante a análise dos anúncios do *Correio Paulistano*, é possível notar sua característica conservadora e a reafirmação de corpos negros enquanto escravizados. Nos anúncios é visível sua reação racista diante de amas de leite negras e brancas:

> A'rua da Boa Morte, 25, contracta-se uma ama para ir a Santos tomar conta de uma criança. Quer-se ama sadia e prefere-se branca e sem filho (1870, ED. 04135).
>
> Precisa-se de uma seja branca e que tenha bom leite. Trata-se na rua Direita n.46 (1870, ED. 04324).

Em ambos os anúncios existem uma preferência de cor, a branca. Além disso, existem elementos constitutivos que reforçam o que é preciso ter para ser uma boa ama de leite: leite bom (pressupomos que seja leite novo, de uma recém parida) e que esteja sem filhos. A problemática de ter ou não ter filhos é muito presente nas páginas dos classificados do jornal, como observado nos seguintes anúncios:

> Precisa-se de uma para ir para Santos, livre ou escrava, que seja sadia e sem filho. Para tratar na Ladeira de Santa Iphigenia n.2, paga-se bem (1873, ED. 04948).
>
> Attenção. Precisa-se de uma ama de leite na Luz, chácara do Barão de Antonia, tendo filho é escusado apresentar-se. Paga-se bem (1876, ED. 05931).
>
> Vantagens do ventre livre. Paga-se 40$000 rs de aluguel mensal para uma escrava boa ama de leite, sem filho, ou 30$000 rs com o filho que se manda criar, de modo que n'um anno, o senhor da escrava recebe quasi metade do valor della e isso sem despeza alguma. A' rua Direita, 27 (sobrado) (1877, ED. 06212).

Nos anúncios destacados, observa-se a preferência por uma nutriz sem filho, o que nos leva a retomar as discussões de Telles (2018, p.220), em que a autora ressalta: "*aqueles que as alugavam estiveram dispostos a pagar mais caro pelas africanas e crioulas que adentrassem seus lares sem seus filhos*". Pagando-as a mais para que as crianças não as acompanhassem, é questionável: aonde iam seus filhos? Ao tratar do destino das crianças, a autora destaca que muitas mães foram separadas temporariamente de seus filhos, outras de formas irreversíveis. No período em que o tráfico era abundante, desinteressava a camada senhorial investir nos cuidados dos bebês das cativas, pois demorariam a retomar o investimento, contudo, já na década de 1850, com o fim do tráfico e a possibilidade de uma futura escravização das crianças crioulas, estimulou-se entre os pequenos e médios proprietários maior interesse na sobrevida dos bebês quando as mães eram alugadas.

Curiosamente, o anúncio de 1877 da edição 06212 carrega o título em caixa alta: "*VANTAGENS DO VENTRE LIVRE*". Nesta fonte, por um preço muito mais cômodo, o anunciante propunha vender a mãe com a sua cria. Referente à venda de mães com seus filhos, Telles (2018) diz que:

> Raramente as mães puderam chegar às casas dos locatários com seus filhos. Os parcos anúncios de mães alugadas junto a seus bebês, geralmente a baixo preço, são expressivos das conquistas destas mulheres. Em meados de 1850, quando o futuro da escravidão passava a depender da sobrevivência das filhas e filhos das escravizadas, eram publicados anúncios de mães alugadas junto às crianças. Tais anúncios sugerem, além dos interesses senhoriais sobre o bebê, as pressões das mães em mantê-los consigo, mas também as políticas senhoriais para evitar a fuga ou resistência da cativa em servir aos locatários sem a criança (TELLES, 2018, p.222).

Outro elemento constante nos anúncios do Correio Paulistano é o requisito constitutivo de uma boa ama de leite. Para uma melhor reflexão sobre as condições de uma boa ama de leite é preciso ressaltar o papel do higienismo no contexto Imperial. No final do século XVIII, um programa higienista foi delineado pelos administradores e médicos com o estado sanitário do Rio de Janeiro. A agenda higienista visou transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma cidade civilizada. No entanto, as bases do higienismo continham pressupostos racistas. O autor Chalhoub (1996, p.93) observa que o racismo dos

higienistas estava cravado em juízos normativos baseados em uma crença de superioridade branca. Schwarcz ressalta que os higienistas do século XIX "criaram" de fato o "*corpo saudável e robusto*", opondo-se ao indivíduo colonial do "*corpo doentio*". A autora afirma que: "Mas, se nesse movimento higienizava, ao mesmo tempo disciplinava, hierarquizava e levava à submissão" (SCHWARCZ, 2017, p.53).

Diante disso, vale indagar: O que seria necessário para se ter uma boa nutriz? Quais seriam as qualidades que a mesma precisaria ter? Para responder tais questões nada melhor do que um documento da época: a "these" médica de Francisco José Coelho de Moura (1874), intitulada "*Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particular do mercenario, em relação ás condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*".

O estudante de medicina Francisco Moura, em sua tese, visa elencar elementos que uma mãe deve ter, os cuidados que as crianças devem receber e os atributos que uma boa ama de leite deve contemplar. A parte da tese que cabe ser analisada aqui é o capítulo IV "*Aleitamento Mercenario*", no qual Moura propõe explicitar a difícil tarefa da escolha de uma nutriz.

Moura observa que a escolha de uma ama de leite é uma tarefa muito difícil. Se na Europa a escolha de uma nutriz é complicada, o autor destaca que no Brasil tal situação era ainda mais, pois: "*nossas amas são tiradas do seio da escravidão, deste cancro horrível que tantos males tem causado*" (MOURA, 1874, p.17). Desse modo, o autor aponta que a escolha de uma ama de leite deve merecer da parte do médico toda a atenção, pois este deve fazer um exame minucioso, já que: "*a vida da innocente criança depende desta escolha*" (MOURA, 1873, p.17).

Silva (1884) em sua tese aponta quais exames eram precisos que as nutrizes realizassem. Ao assinalar os exames, diz a todo instante que devem ser feitos minuciosamente. Entre eles, pode-se observar o exame de órgãos da lactação e o estado geral da saúde da mulher (SILVA, 1884, p.60). O autor também apresenta que:

> Deve-se examinar a cabeça da ama, afim de verificar a ausencia de toda molestia parasitaria do couro cabelludo; explorar os engorgitamentos ganglionarios ou cicatrizes escrophulosas que podem existir no pescoço; si já teve variola e, no caso negativo,

> submettel-a á vacinação; saber se teve sarampão e escarlatina; o peito deve ser percutido e auscultado com cuidado; a garganta e a pelle examinadas attentamente, e, no caso de duvida que nada ella tenha de syphilis, deve-se então exigir um exame directo das partes genitaes (SILVA, 1884, p.62-3).

É necessário observar aqui que tais exames eram altamente invasivos aos corpos femininos. O uso do poder científico sobre os corpos dessas mulheres foi extremamente invasivo e mesmo abusivo. Moura (1874), em sua tese, destaca que:

> Escolher-se uma ama, é apresentar-se a uma família uma mulher cuja screção lactea seja boa e sufficiente, sua constituição seja perfeita e exempla de qualquer molestia; é enfim confiar-se os mais caros interesses de uma família á uma mulher estranha (MOURA, 1874, p.18).

Moura, assim como Silva, enfatiza a necessidade de um exame minucioso, acurado. Só após longos exames que o médico deveria dar sua opinião, a fim de que a criança não passasse por males como a "*escrophulosa, tuberculosa ou syphilitica*". Nesse sentido, Moura visa pontuar algumas condições que constituíam uma boa ama de leite. Dentre suas indicações, pode-se destacar a idade da ama, em que se deveria dar preferência aquela que estivesse entre 18 e 35 anos. O autor aponta que antes dos 18 anos a sua constituição resistia dificilmente as fadigas que traziam o aleitamento, e dos 35 anos em diante, aponta que o leite da nutriz é menos rico (MOURA, 1874, p.18).

Outro elemento destacado por Moura é a constituição física das mulheres. Conforme este estudante, as amas deveriam ter uma constituição corporal forte, não podendo ser muito gordas, nem muito magras (MOURA, 1874, p.19). Outra característica era o estado dos dentes, pois, segundo Moura, as amas de leite deveriam ter uma boa dentição (MOURA, 1874, p.19). O exame dos seios também era de grande importância para a escolha: "*Devese prefirir aquella que possuir seios firmes arredondados e de um volume regular*" (1874, p.19).

Uma característica curiosa - e invasiva - era a de "*habito externo*". Para tanto, Moura ressalta que no exame de uma ama de leite não se pode prescindir de examinar a "*superficie do corpo, mui principalmente os órgãos genitaes*" (MOURA, 1874, p.20). Nestes exames, fazia-se necessária a análise da genital

para que os médicos verificassem que não havia sinais de "*escrophulas, de ulceras, de syphylides, de darthros*". Este mesmo autor ainda afirma que:

> É de muitas vantagens que o médico examine tambem o filho da ama, pois por este exame elle pode reconhecer o estado de saude da ama, como também se o seu leite é sufficiente e de boa qualidade (MOURA, 1874, p.20).

O exame do leite e a idade do leite também eram elementos a serem analisados, segundo Moura. Os predicados "moraes" também eram pontos de análise. O autor diz que as famílias deveriam afastar amas consideradas pervertidas, com vícios.

Ao estabelecermos o diálogo entre as informações das teses médicas e os anúncios publicados no *Correio Paulistano*, nota-se, em diversos recortes de jornais, reflexos dessa discussão acadêmica que ocorria no Rio de Janeiro, na Faculdade de Medicina. Muitos anúncios da nossa fonte exigiam elementos constitutivos de uma boa ama de leite que estava constantemente presente nas teses de medicina sobre aleitamento, maternidade e cuidados infantis. De um lado temos médicos afirmando que é preciso que a nutriz tenha um leite novo, de outro temos anunciantes alugando, vendendo ou procurando uma nutriz com o leite “bom”, leite novo. Os médicos impunham que as nutrizes deveriam ser jovens, de idade não muita avançada, e os anunciantes do jornal vendiam, alugavam ou procuravam uma nutriz “ainda moça”. Esses elementos são notados nos seguintes anúncios:

> No largo de S. Francisco n.8 encontra-se ama com leite muito novo. Para tratar na mesma (1877, ED. 06176).
>
> Aluga-se uma rapariga ainda moça, para ama. Para tratar no largo do Commercio da Luz.99 (1874, ED. 05412).

Uma grande parcela de anúncios procurava uma ama "boa e sadia". A constituição física de uma boa ama de leite era uma prerrogativa evidente nos anúncios do jornal da sociedade do oeste-paulista.

Anúncios que priorizavam a condição moral e a saúde das nutrizes devem ser problematizados no tocante aos exames invasivos a que essas mulheres eram submetidas, ou seja: como comprovar que uma nutriz não é “imoral”?

Como afirmar que uma ama de leite tem uma boa saúde, sem resquícios de doenças? É muito curioso como a produção acadêmica do Rio de Janeiro era disseminada no “boca a boca” da população de outra província, como a de São Paulo nas páginas do *Correio Paulistano*.

Suponhamos que tal disseminação se dava muitas vezes por conversas entre comadres gestantes que procuravam uma ama de leite para seus filhos, ou por orientações médicas em que prevalecia a ideia de que as nutrizes deveriam passar por exames para não acometer a saúde das pequenas crianças. Na fonte analisada, é possível notar tal expressão. Algo que tinha foco na província do Rio de Janeiro, com altas produções acadêmicas sobre condições da própria civilização, tinha um efeito notório, visível à distância em outra região. No anúncio de 1877, edição 06233, consta o seguinte:

> Precisa-se com urgencia de uma perfeita ama de leite nas condições, segundo convier prefere-se branca, porém sendo revistada pelo medico, para ver se está nos casos; quem pretender dirija-se á rua da Gloria n.53, casa de negocio, que achará com quem tratar.

Sendo revistadas por médicos, submetidas a exames altamente invasivos aos seus próprios corpos, a fim de sustentar uma normatização do corpo negro feminino, mulheres-mães que foram separadas de seus filhos por terem que realizar trabalhos exaustivos, as amas de leite escravizadas compunham uma grande quantidade de trabalhadoras domésticas constantemente exploradas pela classe senhorial. Vistas ora como salvadoras dos famintos, ora como causadoras de doenças, havia ainda aqueles que diziam que ter uma ama de leite era totalmente hediondo. Essas afirmativas são compostas de um racismo de cunho higienista, comuns ao século XIX, mas que não via a face da mãe escravizada.

Considerações finais

Discutir as mulheres-mães escravizadas que tiveram seus corpos, seu ventre e seus seios explorados, ou seja, todo o seu corpo utilizado para a manutenção de um sistema escravista compulsório, requer muito cuidado e sensibilidade. Estamos falando de mulheres de carne e osso, de pessoas reais,

sujeitos explorados pelo sistema escravista, mas que também reagiam e lutavam conforme podiam contra as algemas da escravidão.

Falar sobre as mulheres-mães escravizadas que atuavam como amas de leite é falar também sobre o filho perdido, as histórias não cultivadas, os laços rompidos entre mãe e filhos. Muitas dessas mulheres conseguiram, a muito custo, manter-se perto de seus filhos, entretanto, outra porcentagem de mulheres tiveram seus filhos levados para instituições religiosas onde o seu destino muitas vezes era cruel.

A história social da escravidão permite a incorporação de novas fontes, de novas ideias e suposições. Diários, livros, teses médicas, jornais, processos criminais, tudo quando bem analisado se transforma em fontes, em vestígios do passado. As nossas fontes – o *Correio Paulistano* e as teses médicas do século XIX – possibilitam-nos mergulhar em uma sociedade senhorial que enxergava a mulher negra como objeto, como recursos econômicos. Por outro lado, objetivamos mostrar também como essas mesmas mulheres reagiam perante a esse sistema.

A partir de uma discussão interseccional – gênero, raça e classe – entende-se que as mulheres negras escravizadas, mães, são sujeitos constantemente apagados da historiografia tradicional, entretanto, a história dessas mulheres-mães é riquíssima para a compreensão de uma sociedade patriarcal racista em que frequentemente são ignoradas. Falar de maternidade escrava é também tratar da história social, da história do cotidiano e do trabalho. Por meio desta temática é possível compreender quais eram os usos, os costumes e a ciência da sociedade outrora.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado**. O Mito do Amor Materno. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Correio Paulistano – 1870, ed. 04135

Correio Paulistano – 1870, ed. 04324

Correio Paulistano – 1873, ed. 04948

Correio Paulistano – 1874, ed. 05412

Correio Paulistano – 1876, ed. 05931

Correio Paulistano – 1877, ed. 06176

Correio Paulistano – 1877, ed. 06212

Correio Paulistano – 1877, ed. 06233

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades Havana e Rio de Janeiro. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2018.

COWLING, Camillia; MACHADO, Maria Helena P.T; PATON, Diana e WEST, Emily (orgs.). **Mothering Slaves**: comparative perspectives on motherhood, childlessness, and the care of children in Atlantic slave societies. Slavery and Abolition, Special Edition, vol.38, n.2, junho, 2017.

DAVIS, Angela, **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo.

.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo:** condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FREITAS, Bárbara Ferreira de. Maternidade e branquitude: uma discussão sobre os privilégios raciais, simbólicos e materiais. **Trapiche – educação, cultura & artes**. São Cristóvão (SE), n.3, 2019.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** : mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1ª ed., 2019.

MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. **Amas-de-leite e mercado de trabalho feminino**: descortinando práticas e sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890). Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado em História, 2006.

MOURA, Francisco José Coelho de. **Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particular do mercenario, em relação ás condições em que elle se acha no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Carioca, 1874.

RODRIGUES, Ariene Alexsandra. **De peito aberto**: os discursos sociais sobre a maternidade produzidos pela mídia na cobertura dos mamaços no Brasil. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Monografia, Rio de Janeiro, 2017

SCHWARCZ, Lilia M. **Retrato em branco e negro:** jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, jul./dez. 1995.

SILVA, João Baptista Monteiro da. **Da alimentação das primeiras idades:** estudos crítico sobre diferentes methodos de aleitamento. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Typographia G. Leuzinger & Filhos, 1884.

SOIHET, Rachel. **O corpo feminino como lugar de violência**. Proj. História. São Paulo, (25), dez, 2002.

TELLES, LORENA FÉRES DA SILVA. Amas de leite. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. (Org.). **Dicionário da Escravidão e da Liberdade**. 1ed.São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas:** maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX). Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2018.